

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
BALANÇO PATRIMONIAL  
Em milhares de reais

ATIVO	<u>Notas</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u> (Reclassificado)
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	124.924	154.560
Contas a receber de clientes e outros	5	241.643	209.097
Títulos e valores mobiliários	6	12.982	17.452
Impostos e contribuições a recuperar	7	55.320	21.115
Estoques		2.647	2.913
Despesas pagas antecipadamente		2.183	1.269
Entidade de previdência privada	8	399	399
Serviços em curso	9	10.967	10.957
Outros ativos circulantes	13	6.950	4.530
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b><u>458.015</u></b>	<b><u>422.292</u></b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Contas a receber de clientes e outros	5	200.023	224.410
Impostos e contribuições a recuperar	7	12.220	10.779
Impostos e contribuições diferidos	10	108.599	113.529
Depósitos judiciais	11	21.903	18.921
Entidade de previdência privada	8	4.815	2.477
Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	12	320.911	144.781
Outros ativos não circulantes	13	822	375
Investimentos		1.572	1.163
Intangível	14	621.452	657.979
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b><u>1.292.317</u></b>	<b><u>1.174.414</u></b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b><u>1.750.332</u></b>	<b><u>1.596.706</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
BALANÇO PATRIMONIAL  
Em milhares de reais

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/12</b>	<b>31/12/11</b> (Reclassificado)
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	15	118.659	82.739
Empréstimos e financiamentos	16	67.143	50.353
Debêntures	17	36.578	37.065
Salários e encargos a pagar	18	10.120	8.037
Taxas regulamentares	19	13.323	13.972
Impostos e contribuições a recolher	20	50.880	47.321
Dividendos e juros sobre capital próprio	21	50.792	5.909
Provisões	22	11.275	6.415
Outros passivos circulantes	23	38.154	16.640
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>396.924</b>	<b>268.451</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	15	10.289	9.016
Empréstimos e financiamentos	16	450.033	446.178
Debêntures	17	36.299	72.475
Taxas regulamentares	19	475	3.127
Provisões	22	20.264	22.384
Outros passivos não circulantes	23	3.546	5.327
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>520.906</b>	<b>558.507</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	24		
Capital social		179.787	179.787
Reservas de capital		266.766	266.766
Reservas de lucros		385.949	183.089
Outros resultados abrangentes		-	7.620
Proposta de distribuição de dividendos adicional		-	132.486
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>832.502</b>	<b>769.748</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.750.332</b>	<b>1.596.706</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
 Exercícios findos em 31 de dezembro  
 Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

	<u>Notas</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u> (Reclassificado)
<b>RECETTA LÍQUIDA</b>	25	<b>1.418.335</b>	<b>1.149.671</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO</b>	26	<b>(1.016.848)</b>	<b>(768.566)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>401.487</b>	<b>381.105</b>
Despesas com vendas	26	(69.151)	(54.018)
Despesas gerais e administrativas	26	(71.349)	(58.270)
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>260.987</b>	<b>268.817</b>
Receitas financeiras	27	99.919	86.572
Despesas financeiras	27	(78.634)	(84.850)
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>282.272</b>	<b>270.539</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(36.400)</b>	<b>(38.411)</b>
Corrente	10	(74.812)	(63.076)
Diferido	10	3.406	354
Imposto de renda - SUDENE	10	43.340	32.951
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL		(8.334)	(8.640)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b><u>245.872</u></b>	<b><u>232.128</u></b>
<b>LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO</b>			
ON		1,43	1,35
PNA		1,57	1,48
PNB		1,57	1,48

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

---

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
<b>Lucro do exercício</b>	<b>245.872</b>	<b>232.128</b>
Outros resultados abrangentes do exercício		
Ajustes ativos financeiros da Concessão	-	3.176
Tributos s/ ajustes ativos financeiros da Concessão	-	(1.079)
<b>Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos</b>	<b>-</b>	<b>2.097</b>
<b>Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos</b>	<b><u>245.872</u></b>	<b><u>234.225</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN**  
**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Em milhares de reais

	Reserva de capital					Reservas de lucros					Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Outras reservas de capital	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar	Outras reservas de lucros	Outros resultados abrangentes		
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>179.787</b>	<b>4.648</b>	<b>179.315</b>	<b>82.428</b>	<b>375</b>	<b>114.033</b>	<b>35.957</b>	<b>30.504</b>	-	-	<b>5.523</b>	-	<b>719.912</b>
Distribuição de reservas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	(30.504)	-	-	-	30.504	-
Reversão de dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	149	-	-	149
Aprovação da proposta de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(87.342)	(87.342)
Transações de capital com os sócios	179.787	4.648	179.315	82.428	375	114.033	35.957	-	-	149	5.523	30.504	632.719
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	232.128	-	232.128
Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.097	-	2.097
Destinações:													
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	-	32.951	-	-	-	-	(32.951)	-	-
Juros sobre capital próprio (Nota 21)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.623)	-	(37.623)
Dividendos intermediários (Nota 21)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(59.572)	-	(59.572)
Dividendos propostos (Nota 21)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(101.982)	101.982	-
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>179.787</b>	<b>4.648</b>	<b>179.315</b>	<b>82.428</b>	<b>375</b>	<b>146.984</b>	<b>35.957</b>	-	-	<b>149</b>	<b>7.620</b>	<b>132.486</b>	<b>769.749</b>
Aprovação da proposta de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(132.486)	(132.486)
Transações de capital com os sócios	179.787	4.648	179.315	82.428	375	146.984	35.957	-	-	149	7.620	-	637.263
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	245.872	-	245.872
Destinações:													
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	-	43.340	-	-	-	-	(43.340)	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-	138.095	-	-	(138.095)	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	-	-	21.424	-	(7.620)	(13.804)	-
Juros sobre capital próprio (Nota 21)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.195)	-	(36.195)
Dividendos a distribuir (complemento 25% mínimos obrigatórios)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.438)	-	(14.438)
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>179.787</b>	<b>4.648</b>	<b>179.315</b>	<b>82.428</b>	<b>375</b>	<b>190.324</b>	<b>35.957</b>	<b>138.095</b>	<b>21.424</b>	<b>149</b>	-	-	<b>832.502</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u> (Reclassificado)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Lucro do exercício antes do imposto renda e contribuição social</b>	<b>282.272</b>	<b>270.539</b>
<b>AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Amortização (*)	54.384	52.604
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	44.219	41.972
Valor justo do ativo financeiro da concessão	(20.915)	-
Valor residual do ativo intangível baixado	3.861	690
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(288)	(373)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.717	2.717
	<u><b>372.250</b></u>	<u><b>368.149</b></u>
<b>(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>		
Contas a receber de clientes e outros	416	14.851
IR e CSLL a recuperar	(5.069)	(7.665)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(29.504)	40.636
Estoques	266	(820)
Depósitos judiciais	(2.398)	(6.424)
Despesas pagas antecipadamente	(914)	(730)
Entidade de previdência privada	(2.338)	1.486
Outros ativos	(5.656)	22.075
	<u><b>(45.197)</b></u>	<u><b>63.409</b></u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>		
Fornecedores	37.193	(799)
Salários e encargos a pagar	2.083	(2.288)
Encargos de dívidas e swap pagos	(48.085)	(46.304)
Taxas regulamentares	(3.301)	(16.669)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(36.667)	(18.984)
Impostos e contribuições sociais a recolher, exceto IR e CSLL	7.681	4.977
Entidade de previdência privada	-	(107)
Outros passivos	19.733	1.172
	<u><b>(21.363)</b></u>	<u><b>(79.002)</b></u>
<b>CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<u><b>305.690</b></u>	<u><b>352.556</b></u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de investimentos	(409)	205
Aquisição de intangível	(176.085)	(145.342)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(114.937)	(14.777)
Resgate de títulos e valores mobiliários	120.513	841
<b>GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<u><b>(170.918)</b></u>	<u><b>(159.073)</b></u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	46.921	176.558
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(38.673)	(19.497)
Amortização do principal de debêntures	(36.352)	(36.352)
Obrigações vinculadas	1.931	2.238
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(138.235)	(187.087)
<b>UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<u><b>(164.408)</b></u>	<u><b>(64.140)</b></u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u><b>(29.636)</b></u>	<u><b>129.343</b></u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	154.560	25.217
Caixa e equivalentes no final do exercício	124.924	154.560
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA</b>	<u><b>(29.636)</b></u>	<u><b>129.343</b></u>

(\*) Valor bruto, não deduzidos os créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
<b>Receitas</b>		(Reclassificada)
Vendas brutas de energia, serviços e outros	1.995.094	1.670.715
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.514)	(10.520)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	(4.319)	507
	<b>1.974.261</b>	<b>1.660.702</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Energia elétrica comprada para revenda	(677.642)	(495.704)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(88.267)	(73.996)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(306.913)	(235.816)
	<b>(1.072.822)</b>	<b>(805.516)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>901.439</b>	<b>855.186</b>
Amortização (*)	(55.382)	(53.680)
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>846.057</b>	<b>801.506</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	99.919	86.572
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>945.976</b>	<b>888.078</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal		
Remunerações	39.576	33.338
Encargos sociais (exceto INSS)	9.350	8.125
Entidade de previdência privada	(296)	3.611
Auxílio alimentação	4.521	3.454
Convênio assistencial e outros benefícios	3.577	3.652
Despesas com desligamento	1.784	1.880
Férias e 13º salário	6.540	6.060
Plano de saúde	2.058	1.849
Indenizações trabalhistas	9	(17)
Participação nos resultados	5.399	5.126
Administradores	2.345	1.522
Encerramento de ordem em curso	192	94
(-) Transferência para ordens	(20.315)	(14.757)
	<b>54.740</b>	<b>53.937</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
INSS (sobre folha de pagamento)	8.776	7.367
ICMS	330.314	285.618
PIS/COFINS sobre faturamento	105.117	85.942
Imposto de renda e contribuição social	36.400	38.411
Obrigações intra-setoriais	83.794	97.940
Outros	1.692	1.333
	<b>566.093</b>	<b>516.611</b>
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>		
Juros e variações cambiais	69.922	77.223
Aluguéis	637	552
Outros	8.712	7.627
	<b>79.271</b>	<b>85.402</b>
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>		
Juros sobre capital próprio	36.195	37.623
Dividendos distribuídos	14.438	59.572
Dividendos propostos	-	101.982
Reserva de Incentivo Fiscal - SUDENE	43.340	32.951
Reserva de retenção de lucro	138.095	-
Reserva de Lucros a Realizar	13.804	-
	<b>245.872</b>	<b>232.128</b>
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>945.976</b>	<b>888.078</b>

(\*) Valor bruto, não deduzidos os créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN**  
**BALANÇOS SOCIAIS – INFORMAÇÃO ADICIONAL (NÃO AUDITADO)**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1 - BASE DE CÁLCULO**

	2012	2011
	R\$ mil	R\$ mil
Receita Líquida (RL)	1.418.335	1.149.671
Resultado Operacional (RO)	260.987	268.817
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	67.450	57.501
Valor Adicionado Total (VAT)	945.976	888.078

**2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS (1)**

	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação	4.521	6,70	0,32	0,48	3.454	6,01	0,30	0,39
Encargos sociais compulsórios	18.125	26,87	1,28	1,92	15.492	26,94	1,35	1,74
Previdência privada	-296	-0,44	-0,02	-0,03	3.504	6,09	0,30	0,39
Saúde	2.132	3,16	0,15	0,23	1.909	3,32	0,17	0,21
Segurança e saúde no trabalho	1.263	1,87	0,09	0,13	2.993	5,21	0,26	0,34
Educação	1.169	1,73	0,08	0,12	1.193	2,07	0,10	0,13
Cultura	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.082	1,60	0,08	0,11	1.027	1,79	0,09	0,12
Creches ou auxílio-creche	383	0,57	0,03	0,04	487	0,85	0,04	0,05
Esporte	15	0,02	0,00	0,00	25	0,04	0,00	0,00
Transporte	351	0,52	0,02	0,04	380	0,66	0,03	0,04
Participação nos lucros ou resultados	5.581	8,27	0,39	0,59	5.126	8,91	0,45	0,58
Outros	1.925	2,85	0,14	0,20	1.958	3,41	0,17	0,22
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>36.251</b>	<b>53,74</b>	<b>2,56</b>	<b>3,83</b>	<b>37.548</b>	<b>65,30</b>	<b>3,27</b>	<b>4,23</b>

**3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS**

	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
<u>Educação</u>	94	0,04	0,01	0,01	67	0,02	0,01	0,01
Projeto Arte e Ação - Parceria Instituto Ayrton Senna	65	0,02	0,00	0,01	67	0,02	0,01	0,01
Patrocínio Seminário Internacional de Liderança 2012	20	0,01	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Patrocínio Congresso IDEAL 2012	5	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Patrocínio EXPOTEC 2012	2	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Seminário "Ler para Saber Mais"	2	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
<u>Cultura</u>	2.848	1,09	0,20	0,30	3.508	1,30	0,31	0,40
Projetos Lei Câmara Cascudo	1.945	0,75	0,14	0,21	2.131	0,79	0,19	0,24
Patrocínios diretos	109	0,04	0,01	0,01	312	0,12	0,03	0,04
Projetos Lei Rouanet	93	0,04	0,01	0,01	500	0,19	0,04	0,06
Projetos Lei Audiovisual	700	0,27	0,05	0,07	565	0,21	0,05	0,06
		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
<u>Saúde e Saneamento</u>	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
<u>Esporte</u>	34	0,01	0,00	0,00	28	0,01	0,00	0,00
Corrida Soldado do Fogo	4	0,00	0,00	0,00	28	0,01	0,00	0,00
Meia Maratona de Natal	30	0,01	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
<u>Combate a fome e segurança alimentar</u>	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
<u>Desenvolvimento Social</u>	277	0,11	0,02	0,03	27	0,01	0,00	0,00
Caminhos da Justiça	22	0,01	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Parceria Casa do Menor Trabalhador	91	0,03	0,01	0,01	27	0,01	0,00	0,00
Fundação ABRINQ	11	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Encontro do Colegiado de Pr. dos TRT's- Assoc. Servidores da Justiça Eleitoral do RN	10	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Revista RITOS - Associação dos Magistrados do RN	20	0,01	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
ENCAT-Encontro Nac. Coord e Adm. Tributários- Secretaria de Tributação	40	0,02	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
II ENATRA-Encontro Nortieriorgrande de Adv. Trabalhistas	10	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Encontro Amigos Especiais da Marinha(PCDs)	2	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Encontro da Justiça Militar	25	0,01	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Congresso de Gestão Pública-CONGESP	20	0,01	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
XVI Congresso Brasileiro de Direito Processual	20	0,01	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
XV Exposição de Animais e Máquinas Agrícolas-AGRONEGÓCIO 2012(Festa do Boi)	6	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
<u>Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico</u>	1.790	0,69	0,13	0,19	1.796	0,67	0,16	0,20
<u>Outros</u>	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Contribuições para a Sociedade</b>	<b>5.043</b>	<b>1,93</b>	<b>0,36</b>	<b>0,53</b>	<b>5.426</b>	<b>2,02</b>	<b>0,47</b>	<b>0,61</b>
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	524.800	201,08	37,00	55,48	455.294	169,37	39,60	51,27
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>529.843</b>	<b>203,01</b>	<b>37,36</b>	<b>56,01</b>	<b>460.720</b>	<b>171,39</b>	<b>40,07</b>	<b>51,88</b>

**4 - INDICADORES AMBIENTAIS**

	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
<u>Investimentos relacionados com a operação da empresa</u>								
Rede compacta com linha verde	2.541	0,97	0,18	0,27	728	0,27	0,06	0,08
Poda de árvores	959	0,37	0,07	0,10	593	0,22	0,05	0,07
Educação ambiental	9	0,00	0,00	0,00	11	0,00	0,00	0,00
Outros projetos ambientais	1.500	0,57	0,11	0,16	74	0,03	0,01	0,01
<b>Total dos investimentos relacionados com a operação da empresa</b>	<b>5.009</b>	<b>1,92</b>	<b>0,35</b>	<b>0,53</b>	<b>1.406</b>	<b>0,52</b>	<b>0,12</b>	<b>0,16</b>

Investimento em programas e/ou projetos externos

Programa de pesquisa e desenvolvimento	777	0,30	0,05	0,08	1.029	0,38	0,09	0,12
Conservação de energia	6.373	2,44	0,45	0,67	10.135	3,77	0,88	1,14
<b>Total dos investimentos em programas e/ou projetos externos</b>	<b>7.150</b>	<b>2,74</b>	<b>0,50</b>	<b>0,76</b>	<b>11.164</b>	<b>4,15</b>	<b>0,97</b>	<b>1,26</b>
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>12.159</b>	<b>4,66</b>	<b>0,86</b>	<b>1,29</b>	<b>12.570</b>	<b>4,68</b>	<b>1,09</b>	<b>1,42</b>

Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade  
 Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas  
 administrativa e/ou judicialmente  
 Passivos e contingências ambientais.

(X) Não possui Metas, ( ) Cumpre de 0 a 50%, (X) Não possui Metas, ( ) Cumpre de 0 a 50%,  
 ( ) Cumpre de 51 a 75%, ( ) Cumpre de 76 a 100% ( ) Cumpre de 51 a 75%, ( ) Cumpre de 76 a 100%



**COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN**  
**BALANÇOS SOCIAIS – INFORMAÇÃO ADICIONAL (NÃO AUDITADO)**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2012	2011
Nº de empregados(as) ao final do período	737	733
Nº de admissões durante o período	49	52
Nº de desligamentos durante o período	45	65
Nº de empregados(as) terceirizados (1)	1.754	1.632
Nº de estagiários(as) (1)	31	38
Nº de empregados acima de 45 anos	340	350
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:		
menores de 18 anos	0	0
de 18 a 35 anos	270	258
de 36 a 60 anos	464	468
acima de 60 anos	3	7
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por:		
analfabetos	0	0
com ensino fundamental	70	65
com ensino médio	241	266
com ensino técnico	136	153
com ensino superior	260	220
pós-graduados	30	29
Nº de empregados por sexo:		
homens	545	546
mulheres	192	187
% de cargos de chefia por sexo:		
homens	78%	80%
mulheres	22%	20%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	29	27
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	4%	3%
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais (1)	23	23
Remuneração bruta segregada por:		
Empregados	28.519	27.339
Administradores	2.271	1.461
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2012	2011
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	42	41
Nº total de acidentes de trabalho	15	26
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção ( X ) direção e gerências ( ) todos(as) empregados (as)	( ) direção ( X ) direção e gerências ( ) todos(as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( X ) direção e gerências ( ) todos(as) empregados ( ) todos(as) (+) Cipa	( X ) direção e gerências ( ) todos(as) empregados ( ) todos(as) (+) Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve ( ) segue as normas da OIT ( X ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve ( ) segue as normas da OIT ( X ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção ( ) direção e gerências ( X ) todos(as) empregados (as)	( ) direção ( ) direção e gerências ( X ) todos(as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção ( ) direção e gerências ( X ) todos(as) empregados (as)	( ) direção ( ) direção e gerências ( X ) todos(as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados ( ) são sugeridos ( X ) são exigidos	( ) não são considerados ( ) são sugeridos ( X ) são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve ( ) apóia ( X ) organiza e incentiva	( ) não se envolve ( ) apóia ( X ) organiza e incentiva
Contencioso Cível:	2012	2011
Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as):		
na empresa	52.004	61.798
no procon	159	138
na justiça	2.525	2.819
% das reclamações e críticas solucionadas:		
na empresa	101%	102%
no procon	74%	112%
na justiça	45%	58%
Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça	1.921	1.307
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:		
1. Diagnosticado e identificado as principais causas das reclamações;		
2. Envolvido as áreas chaves de cada tipo de reclamação;		
3. Desenvolvido com as áreas Comercial e Distribuição, ações de sensibilização e conscientização com todos os envolvidos no processo, inclusive os parceiros;		
4. Realizado Palestras, Workshops e Reuniões de Alinhamento;		
5. Realizado mapeamento de todos os CODES de reclamações do sistema SAP, definindo junto com a Regulação e as áreas ofensoras o que a COSERN irá tratar como informação, solicitação e reclamação;		
6. Realizado mapeamento para todos os CODES de reclamações definindo os prazos para resposta, com base na legislação vigente, objetivando já informar na abertura da reclamação o prazo de resposta ao cliente;		
7. Acompanhamento diário dos prazos de respostas das reclamações;		
8. Auditoria para tratamento da causa;		
9. Feedback as áreas ofensoras dos procedimentos não conforme;		
Condições e passivos trabalhistas:		
Número de processos trabalhistas:		
movidos contra a entidade	79	55
judgados procedentes	27	26
judgados improcedentes	56	45
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça (3)	380	240
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2012: 945.976	Em 2011: 888.078
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	58,17% governo 6,07% colaboradores(a) 26,14% acionistas 9,62% terceiros	59,84% governo 5,79% colaboradores(a) 25,99% acionistas 8,38% terceiros

**7 - OUTRAS INFORMAÇÕES**

CNPJ 08.324.196/0001-81, setor energético - RN.

i. A COSERN já apresenta-se em conformidade com o Decreto no. 3.298/99 (que regulamenta a Lei no. 7.853/89), seção IV, art. 36, sobre o preenchimento dos cargos com pessoas portadoras de deficiência nas empresas com 100 (cem) ou mais funcionários(as).

ii. As metas estabelecidas para 2012 visam a melhoria contínua das informações, bem como engajamento da empresa com a Responsabilidade Social.

iii. Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: Fabiana Felix Teixeira Barbosa, tel. (84)3215-6122, e-mail: fabiana.felix@cosern.com.br.

iv. Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.

v. Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

(1) Informações não auditadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN (“COSERN” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, registrada na BM&F BOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e controlada pela Neoenergia S.A., (“NEOENERGIA”) é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autarquia relacionada com atividades no âmbito do Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Rua Mermoz, 150, Baldo, Natal – Rio Grande do Norte.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 167 dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte, abrangendo uma área de 53 mil Km<sup>2</sup>, outorgada pelo Decreto de 30 de dezembro de 1997 e regulada pelo Contrato de Concessão de Distribuição nº. 08, firmado em 31 de dezembro de 1997 com vigência até 31 de dezembro de 2027.

Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores parcialmente e totalmente livres no Estado do Rio Grande do Norte, desde 2003.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 28 de janeiro de 2013, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

## **2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1 – Base de apresentação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede de distribuição não faturados, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

## **2.2 – Conversão de saldos em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

## **2.3 – Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

### **a) Receita Faturada**

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

b) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada visando adequar as leituras ao período de competência referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

c) Receita de construção

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

d) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

## **2.4 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social (“IR e CS”) são de 25% e 9%, respectivamente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição – RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A Companhia tem direito a redução do Imposto de Renda (Incentivo Fiscal Sudene), calculada com base no lucro da exploração (vide nota explicativa nº. 24).

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e contribuição social diferido passivo é integralmente reconhecido. O reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferido ativo ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

## **2.5 - Imposto sobre vendas**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

## **2.6 – Instrumentos financeiros**

### **a) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros, títulos e valores mobiliários e ativo financeiro da concessão do serviço público.

#### **a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros**

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas do valor justo não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

#### **a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

#### **b) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e financiamentos, e derivativos classificados como valor justo por meio do resultado, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

##### **b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros**

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem derivativos.

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

##### **b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

#### **c) Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

## **2.7 – Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge**

A Companhia firma contratos derivativos de swap com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados com variações nas taxas cambiais e nas taxas de juros.

A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos (vide nota explicativa nº. 30).

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo desses derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, no resultado financeiro.

## **2.8 - Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

## **2.9 - Contas a receber de clientes e outros**

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios, energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes e outros estão representados líquidos da provisão para crédito de liquidação duvidosa – PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.



A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

#### **2.10 - Títulos e valores mobiliários**

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações financeiras, equivalentes ao seu valor justo.

#### **2.11 – Estoques**

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

#### **2.12 – Outros investimentos**

Representam investimentos em quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

#### **2.13 – Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)**

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e que não serão amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, ICPC 17 – Contratos de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC – 05 – Contratos de Concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A atualização monetária do ativo financeiro reconhecida no resultado é efetuada trimestralmente, considerando a atualização pelo IGPM, como forma de distribuir linearmente ao longo do exercício o reajuste da denominada Base Tarifária, que é corrigida anualmente por esse índice. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas no patrimônio líquido como Outros Resultados Abrangentes. Na data da revisão tarifária da Companhia, que ocorre a cada cinco anos (próxima revisão prevista para abril de 2013), o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

## **2.14 – Intangível**

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº.s 553 de 12 de novembro de 2008, 677 de 13 de dezembro de 2011 e 654 de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o pronunciamento técnico CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis, as Interpretações técnicas ICPC 01 (R1)– Contratos de Concessão, ICPC 17 Contratos de Concessão: Evidenciação e a orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente (vide nota explicativa nº. 14).

## **2.15 - Análise do Valor de Recuperação dos Ativos**

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Essa avaliação é efetuada com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado, com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

## **2.16 – Empréstimos, financiamentos e debêntures**

As obrigações em moeda nacional e estrangeira são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infraestrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme disposições das Deliberações CVM nº.s 553 de 12 de novembro de 2008 e 672 de 20 de outubro de 2011, que aprovaram, respectivamente, os CPC 04 (R1) – Ativo Intangível e CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

## **2.17 – Taxas regulamentares**

### **a) Reserva Global de Reversão (RGR)**

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual. (Vide nota explicativa nº. 19)

### **b) Conta Consumo de Combustível (CCC)**

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

### **c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

**d) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)**

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar anualmente 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

**e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

**f) Encargo do Serviço do Sistema (ESS)**

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

**2.18 - Participação nos resultados**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuído a essa participação é registrado como despesa operacional.

**2.19 - Distribuição de dividendos**

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25– Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica ICPC 08 – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após destinação da reserva legal. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º. da Lei nº. 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia.

## **2.20 – Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados**

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM nº. 600, de 7 de outubro de 2009. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos no resultado do exercício.

## **2.21 – Provisões**

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

## **2.22 – Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas por força de legislação ou cláusulas contratuais, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras (passivos).

### **2.23 – Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

### **2.24 – Questões ambientais**

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e tem por motivadores os “condicionantes ambientais” exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. Nesse particular, estão enquadrados o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – IDEMA, este na esfera estadual, e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, no âmbito municipal.

Os “condicionantes ambientais” correspondem a compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONGs e outros entes que promovem a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

### **2.25 – Segmento de negócios**

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 22 – Informações por segmento, correspondente ao IFRS 8 – Operating segments, segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte.

## **2.26 - Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa (“CPC 03”). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado (“CPC 09”).

## **2.27 - Novos Pronunciamentos Contábeis**

### **2.27.1 Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2012**

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 1/01/2012.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

ICPC 08 (R1) – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos – aprovado pela Deliberação CVM Nº 683, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

ICPC 09 (R1) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial – aprovado pela Deliberação CVM Nº 687, de 4 de outubro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 17 (R1)/IAS 11 - Contratos de Construção - aprovado pela Deliberação CVM Nº 691, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 18 (R2)/IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - aprovado pela Deliberação CVM Nº 696, de 13 de dezembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 19 (R2)/IFRS 11 - Negócios em Conjunto - aprovado pela Deliberação CVM Nº 694, de 23 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 30 (R1)/IAS 18 - Receitas - aprovado pela Deliberação CVM Nº 692, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 33(R1)/IAS 19 - Benefícios a Empregados - aprovado pela Deliberação CVM Nº 695, de 13 de dezembro de 2012. A revisão desta norma engloba alterações como a remoção do mecanismo do corredor, o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano e esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações. Esta revisão entrará em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2013. A Companhia está avaliando os impactos futuros da adoção dessas emendas sobre as demonstrações financeiras a serem emitidas a partir da data de vigência.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CPC 35 (R2)/IAS 27 - Demonstrações Separadas - aprovado pela Deliberação CVM N° 693, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 36 (R3)/IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas - aprovado pela Deliberação CVM N° 698, de 20 de dezembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação - aprovado pela Deliberação CVM N° 684, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 45/IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades - aprovado pela Deliberação CVM N° 697, de 13 de dezembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 46/IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo - aprovado pela Deliberação CVM N° 699, de 20 de dezembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

## 2.28 – Reapresentação das cifras comparativas

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram reclassificadas, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

		31/12/11	
		Balanco Patrimonial	
	Ref	Publicado	Reclassificado
Ativo Circulante			
Contas a receber	(a)	207.846	209.097
Serviços em curso	(b)	37.289	10.957
Outros ativos circulantes	(a)	5.781	4.530
Ativo Não Circulante			
Títulos e valores mobiliários	(c)	28.701	-
Impostos e contribuições diferidos	(d)	39.698	113.529
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	(d)	103.730	-
Passivo Circulante			
Taxas regulamentares	(b)	40.304	13.972
Passivo Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	(c)	474.879	446.178
Impostos e contribuições diferidos	(d)	29.899	-
		31/12/11	
		Demonstração do resultado	
	Ref	Publicado	Reclassificado
Custo do serviço	(e)	(775.042)	(768.566)
Despesas			
Despesas com vendas	(e)	(47.542)	(54.018)



COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- (a) Reclassificação dos créditos a receber referente ao Subsídio baixa renda (R\$ 1.251 em 31 de dezembro de 2011) do grupo de Outros ativos circulantes para Contas a receber;
- (b) Os gastos relativos aos Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética apropriados como serviços próprios e em curso estão sendo apresentados líquidos dos recursos disponíveis para aplicação nesses programas, no grupo de Taxas Regulamentares;
- (c) Reclassificação de títulos e valores mobiliários para apresentação de empréstimos e financiamentos líquidos das garantias vinculadas;
- (d) Os impostos diferidos representam as diferenças temporárias determinadas pela comparação entre os valores contábeis de ativos e passivos, conforme orientação CPC 32;
- (e) Reclassificação da transferência por atividade da despesa com PCLD.

### **3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS**

#### **3.1 - Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração não identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

#### **3.2 - Estimativas e premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

##### **a) Bifurcação dos bens da concessão do serviço público – ativo financeiro indenizável e ativo intangível**

A Companhia adota a premissa de que os bens são reversíveis no final do contrato de concessão, com direito de recebimento integral de indenização pelo poder concedente, sobre os investimentos ainda não amortizados e estimou o ativo financeiro indenizável oriundo da concessão, considerando os investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, sendo tais montantes classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos clientes.

Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelo valor residual contábil ao final da concessão. Essa determinação impactou a base de formação dos ativos que possuem cláusula de indenização prevista no contrato de concessão, norteados pela ICPC-01(IFRIC-12).

**b) Contratos de construção**

Em atendimento ao CPC 17 e ICPC 01, a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura, considerando que no negócio de distribuição de energia elétrica no Brasil não há margem nos serviços de construção.

Desta forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, já que os valores desembolsados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na Base de Remuneração Regulatória da Sociedade. A atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica, não sendo prevista, na estrutura tarifária, a remuneração com margem diferente de zero, sobre os serviços de construção.

**c) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

**d) Provisões para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

**e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

**f) Benefícios pós-emprego**

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31/12/12	31/12/11
Caixa e Depósitos bancários à vista	5.406	6.039
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	925	1.013
Fundos de investimento	118.593	147.508
Total	<u>124.924</u>	<u>154.560</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com menor nível de risco, tais como: operações compromissadas, CDBs e cotas de fundos. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

As demais aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário – CDBs, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas pela empresa a percentuais que variam de 98,5% a 100%, o do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostas da seguinte forma:

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Consumidores	(a)	475.372	469.120
Títulos a receber		1.067	952
Comercialização de energia na CCEE	(b)	8.950	16.319
Disponibilização do sistema de distribuição		6.455	6.830
Serviços prestados a terceiros		2.131	2.424
Serviços taxados e administrativos		2.636	2.917
Subvenção à baixa renda - tarifa social	(c)	11.402	1.251
Outros créditos		126	3.700
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(66.473)	(70.006)
Total		<u>441.666</u>	<u>433.507</u>
Circulante		241.643	209.097
Não circulante		200.023	224.410

### (a) Consumidores

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Setor privado							
Residencial	34.235	28.790	11.756	74.781	68.139	(11.756)	(13.170)
Industrial	11.156	2.872	5.524	19.552	22.653	(4.890)	(6.032)
Comercial, serviços e outras	42.573	9.910	9.262	61.745	56.803	(9.262)	(10.188)
Rural	7.535	3.158	14.873	25.566	23.557	(13.955)	(14.645)
	<u>95.499</u>	<u>44.730</u>	<u>41.415</u>	<u>181.644</u>	<u>171.152</u>	<u>(39.863)</u>	<u>(44.035)</u>
Setor público							
Poder público							
Federal	3.294	377	85	3.756	3.167	(85)	(126)
Estadual	140.126	122	5	140.253	148.242	(5)	(146)
Municipal	61.093	2.801	18.113	82.007	87.345	(18.113)	(17.448)
	<u>204.513</u>	<u>3.300</u>	<u>18.203</u>	<u>226.016</u>	<u>238.754</u>	<u>(18.203)</u>	<u>(17.720)</u>
Iluminação pública	3.066	404	754	4.224	3.546	(666)	(673)
Serviço público	7.410	748	6.674	14.832	13.646	(6.674)	(6.626)
Fornecimento não faturado	48.656	-	-	48.656	42.022	-	-
Total	<u>359.144</u>	<u>49.182</u>	<u>67.046</u>	<u>475.372</u>	<u>469.120</u>	<u>(65.406)</u>	<u>(69.054)</u>
Circulante				274.568	259.885	(65.406)	(68.842)
Não circulante				200.804	209.235	-	(212)

No contas a receber estão incluídos valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, acrescidos de juros e multa calculados pro rata temporis.

Do saldo total, o montante de R\$ 140.325 (R\$ 144.328 em 31 de dezembro de 2011), refere-se ao alongamento da dívida da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, conforme Instrumento Particular de Reconhecimento, Consolidação, Pagamento e Parcelamento de Débito CD-0103/2006, CD-0023/2011 e CD-0024/2011.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

**(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE**

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores do não circulante compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

**(c) Subvenção à baixa renda – tarifa social**

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O Decreto Presidencial nº. 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº. 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

A referida subvenção é calculada mensalmente pela distribuidora e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2012 é R\$ 11.402 (R\$ 1.251 em 2011), relativo às subvenções dos meses de novembro e dezembro de 2012.

**(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº. 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

	Consumidores	Títulos a receber	Subtotal	Outros créditos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(69.054)	(952)	(70.006)	(17.031)	(87.037)
Adições	(4.839)	(115)	(4.954)	(12.396)	(17.350)
Reversões	8.487	-	8.487	31	8.518
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>(65.406)</u>	<u>(1.067)</u>	<u>(66.473)</u>	<u>(29.396)</u>	<u>(95.869)</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, além de aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo e Letras Financeiras do Tesouro – LFT.

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/12	31/12/11
Banco do Brasil	(1)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	4.572	6.530
Banco Itaú		CDB	diversos	CDI	10	2.141
Bradesco	(2)	Fundo Recife	(*)	CDI	-	2.392
Bradesco	(2)	CDB/CDI	Diversos	CDI	-	742
Bradesco	(2)	LFT	mar-13	CDI	11	-
Caixa Econômica Federal		CDB	diversos	CDI	8.389	5.647
Total					<u>12.982</u>	<u>17.452</u>

(\*) Aplicações sem vencimento pré-determinado

(1) Aplicações compostas por papéis de baixa liquidez.

(2) Constitui garantia suplementar para pagamento de contrato de energia.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na CETIP e com portabilidade total e imediata.

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	17.452
Aplicações	114.937
Resgates	(120.513)
Remuneração	<u>1.106</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>12.982</u>

## 7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	31/12/12	31/12/11
<b>Circulante</b>			
Imposto de renda - IR	(1)	8.851	3.925
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(1)	2.082	866
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(2)	35.789	10.003
Programa de integração social - PIS	(3)	1.342	999
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(3)	6.181	4.604
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		464	364
Imposto sobre serviços - ISS		611	352
Outros		-	2
		<u>55.320</u>	<u>21.115</u>
<b>Não circulante</b>			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(2)	12.220	10.779
Total		<u>67.540</u>	<u>31.894</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- (1) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) correspondem às antecipações de aplicações financeiras e órgãos públicos, saldo negativo do Imposto de Renda (IR) e base de cálculo negativa da CSLL, referente ao período de 2008 a 2012.
- (2) O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) está composto da seguinte forma:
  - (a) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional, para fins contábeis registrado no ativo financeiro e no ativo intangível e apurado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000, no montante de R\$ 21.129 (R\$ 19.256, em 31 de dezembro de 2011).
  - (b) Diversos créditos de ICMS a recuperar no montante de R\$ 26.880 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 1.526 em 31 de dezembro de 2011).
- (3) PIS e COFINS a compensar decorrente das antecipações de órgãos públicos e do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, no montante de R\$ 7.523 (R\$ 5.603 em 31 de dezembro de 2011).

## **8. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**

### Planos Previdenciários

A Companhia é patrocinadora da FASERN - Fundação COSERN de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal propiciar aos seus participantes, e respectivos beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, conforme regulamentos dos planos de benefícios a que estiverem vinculados.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes) destinam-se à constituição de reservas para cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, e são acumuladas desde sua admissão nos planos. No Plano de Benefícios Previdenciários da FASERN – Regulamento 001 (Benefício Definido) eventuais insuficiências serão de co-responsabilidade da Companhia.

A partir de março de 1999, a FASERN implantou o Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº. 001, de Contribuição Definida, ao qual estão vinculados todos os empregados ativos.

O Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº. 001 proporciona aos seus participantes ativos benefícios relacionados à possibilidade de ocorrência de invalidez e morte durante a vida laborativa, classificados como benefícios de risco, totalmente custeados pela Companhia e pelos participantes autopatrocinados. Esses benefícios são pagos sob a forma de pecúlio, com pagamento único ou parcelado, a critério do participante ou de seus beneficiários. Por suas características, este plano não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A contribuição da Companhia para o Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº. 001 corresponde a 6,54% do total da folha de pagamento mensal dos participantes ativos do plano (Soma dos Salários Reais de Contribuição), dos quais 4,45% correspondem à contribuição normal (igual a dos participantes), 0,28% à contribuição dos benefícios de risco e 1,81% à cobertura das despesas administrativas dos planos previdenciários administrados pela FASERN.

As contribuições pagas ou provisionadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram as seguintes:

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Custo do Intangível em Curso	764	458
Despesas Operacionais	<u>296</u>	<u>(3.611)</u>
Total	<u><u>1.060</u></u>	<u><u>(3.153)</u></u>

#### Avaliação atuarial dos planos previdenciários

Na avaliação atuarial do plano de benefício definido foi adotado o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

Os pareceres atuariais, emitidos por atuário independente, considerando a situação econômico-financeira dos planos previdenciários mantidos pela FASERN, em 31 de dezembro de 2012 estão resumidos a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº. 600, de 7 de outubro de 2009 e pelo CPC 33.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	<b>No. 1 - CD</b>		<b>No. 2 - BD</b>	
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	762	578	78.883	65.216
Valor justo dos ativos do plano	<u>747</u>	<u>381</u>	<u>107.197</u>	<u>100.233</u>
Déficit / (Superávit) para planos cobertos	15	197	(28.314)	(35.017)
Ganhos / (Perdas) atuariais não reconhecidos	(46)	(199)	2.287	2.287
Efeito do limite de Parágrafo 58(b) (1)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.875</u>	<u>29.570</u>
Passivo / (ativo) atuarial líquido total	<u><u>(31)</u></u>	<u><u>(2)</u></u>	<u><u>(6.152)</u></u>	<u><u>(3.160)</u></u>

- (1) Refere-se a parte do superávit acumulado do Plano BD não atribuível à Companhia na observância da proporção contributiva (50%) no período em que se deu a constituição do superávit. O valor calculado está em conformidade com o parágrafo 58(b) da Deliberação CVM nº. 600/09.



COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Custo do serviço corrente (com juros, líquido da contribuição do participante)	60	48	-	-
Juros sobre as obrigações atuarias	70	58	6.850	6.151
Rendimento esperando dos ativos do plano	(51)	(88)	(10.446)	(10.328)
Amortização de (ganhos) ou perdas atuariais líquidos	12	(23)	10.298	1.289
Efeito do limite de parágrafo 58(b) (1)	-	-	(9.695)	4.091
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	91	(5)	(2.993)	1.203
Rendimento efetivo dos ativos do plano	240	(439)	14.287	13.074

Conforme previsto na Deliberação CVM nº. 600/09, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida, como receita ou despesa, em um plano de benefício definido é o valor dos ganhos e perdas não reconhecidos que exceder, em cada período, ao maior dos seguintes limites:

- 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e
- 10% do valor justo dos ativos do plano.

As movimentações no valor presente da obrigação com benefícios definidos são os seguintes:

	No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Valor das obrigações no início do ano	578	489	65.216	59.753
Custo do serviço corrente bruto (1)	60	48	-	-
Juros sobre obrigação atuarial	70	58	6.850	6.151
Contribuição de participantes vertidas no ano	5	3	-	-
(Ganho)/perda atuarial	49	(20)	14.140	5.238
Benefícios pagos no ano	-	-	(7.324)	(5.926)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	762	578	78.882	65.216

(1) Com juros, líquido da contribuição do participante

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Valor justo dos ativos no início do ano	381	712	100.233	93.084
Rendimento esperado no ano	51	88	10.446	10.328
Ganho (perda)/ atuariais nos ativos do plano	189	(526)	3.842	2.746
Contribuições da patrocinadora	121	104	-	-
Contribuições de participantes	5	3	-	-
Benefícios pagos pelo plano	-	-	(7.324)	(5.926)
Valor justo dos ativos no final do ano	747	381	107.197	100.232

A Deliberação CVM nº. 600/09, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 – Benefícios a Empregados, determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A estimativa do empregador sobre as contribuições que se espera pagar ao plano durante o exercício de 2012:

	<b>No. 1 - CD</b>	<b>No. 2 - BD</b>
Contribuição de participante	5	-
Contribuição da empresa	121	-

Principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes ao exercício 2012 e 2011:

	<b>No. 1 - CD</b>		<b>No. 2 - BD</b>	
	<b>31/12/12</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/12</b>	<b>31/12/11</b>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	8,89%	10,99%	8,89%	10,99%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	8,89%	11,73%	8,89%	10,73%
Taxa de aumento nominal dos salários	7,10%	7,10%	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de aumento nominal dos benefícios	Não aplicável	Não aplicável	5,00%	5,00%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa de rotatividade esperada	0,15 / (tempo de serviço + 1)	0,15 / (tempo de serviço + 1)	Não aplicável	Não aplicável
Fator de capacidade	0,98	0,98	0,98	0,98
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável	AT-83 masculina	AT-83 masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Ligth-média	Ligth-média	Não aplicável	Não aplicável

As taxas esperadas de retorno dos investimentos de longo prazo relativas aos planos avaliados foram selecionadas pela COSERN, tendo sido determinadas a partir das expectativas de rentabilidade de longo prazo fornecidas pela FASERN.

Os percentuais de alocação do valor justo dos ativos do plano ao total dos ativos, nos exercícios de 2012 e 2011 são os seguintes:

	<b>No. 1 - CD</b>		<b>No. 2 - BD</b>	
	<b>31/12/12</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/12</b>	<b>31/12/11</b>
Renda variável	22,50%	26,10%	4,34%	6,00%
Renda fixa	73,16%	69,30%	94,56%	93,00%
Imóveis	-	-	0,69%	0,50%
Outros	4,34%	4,60%	0,41%	0,50%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

#### Outros Benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento, que são periodicamente negociados por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 10.513 (R\$ 8.885 em 31 de dezembro de 2011).

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 9. SERVIÇOS EM CURSO

	31/12/12	31/12/11
Serviço próprio	2.506	5.585
Serviços prestados a terceiros	8.461	5.372
Total	<u>10.967</u>	<u>10.957</u>

As Ordens de Serviço em Curso representam um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que será utilizado para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços esses custos serão transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

## 10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

A composição dos impostos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Imposto de renda e contribuição social	(1)	13.204	9.799
Diferido ativo		48.413	39.698
Diferido passivo		(35.209)	(29.899)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(2)	95.395	103.730
Total		<u>108.599</u>	<u>113.529</u>

### (1) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos, sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, a CSLL está constituída a alíquota de 9%. No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições diferidos pelo líquido, conforme CPC 32.

	Ativo			
	31/12/12		31/12/11	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	48.757	12.189	36.332	9.083
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	11.275	1.015	7.946	716
Total		<u>13.204</u>		<u>9.799</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Ativo	31/12/12		31/12/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	57.498	57.498	43.802	43.802
Provisão para contingências	31.425	31.425	28.685	28.685
Provisão agente arrecadador	2.099	2.099	2.099	2.099
Provisão PLR	3.251	3.251	3.322	3.322
Incentivo fiscal Sudene	37.482	-	28.386	-
Ajustes RTT				
Déficit plano previdenciário	134	134	134	134
Ativos e passivos regulatórios	19.502	19.502	16.115	16.115
Outros	923	923	1.728	1.728
Total Ativo	<u>152.314</u>	<u>114.832</u>	<u>124.271</u>	<u>95.885</u>
Passivo (-)				
Ajustes RTT				
Fair value de derivativos	(427)	(427)	(506)	(506)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(32.458)	(32.458)	(11.543)	(11.543)
Ajuste da quota anual de amortização	(4.787)	(4.787)	(3.590)	(3.590)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo como o IFRS	(14.724)	(14.724)	(18.240)	(18.240)
Déficit plano previdenciário	(165)	(165)	(135)	(135)
Superávit plano previdenciário	(6.152)	(6.152)	(3.160)	(3.160)
Ativos e passivos regulatórios	(42.581)	(42.581)	(47.255)	(47.255)
Custo de captação	(2.263)	(2.263)	(3.510)	(3.510)
Total Passivo	<u>(103.557)</u>	<u>(103.557)</u>	<u>(87.939)</u>	<u>(87.939)</u>
Total Líquido	<u><b>48.757</b></u>	<u><b>11.275</b></u>	<u><b>36.332</b></u>	<u><b>7.946</b></u>

Estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado que a mesma opera, conforme deliberação CVM nº. 371/2002.

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro 2012 e 2011:

Ref.	31/12/12		31/12/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	282.272	282.272	270.539	270.539
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(8.334)	(8.334)	(8.640)	(8.640)
Ajustes decorrentes do RTT	(12.963)	(12.963)	(38.216)	(38.216)
Juros sobre capital próprio	(36.195)	(36.195)	(37.623)	(37.623)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	224.780	224.780	186.060	186.060
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	56.195	20.230	46.515	16.745
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	255	91	337	121
Multas indedutíveis	21	8	6	2
Depreciação veículos executivos	197	71	285	102
Participação no resultado	231	83	68	25
Outras adições	62	22	50	-
	766	275	746	250
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(4.045)	(1.456)	(4.193)	(1.509)
Incentivo fiscal SUDENE	(43.340)	-	(32.951)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(1.481)	-	(1.564)	-
Outras exclusões	(943)	(268)	(165)	(1)
	(49.809)	(1.724)	(38.873)	(1.510)
Imposto de renda e contribuição social no exercício	7.152	18.781	8.388	15.485
Diferido de diferença temporária de RTT	966	1.167	2.458	3.440
Imposto de renda e contribuição social no resultado	8.118	19.948	10.846	18.925
Corrente	11.223	20.249	12.985	17.140
Recolhidos e Pagos	11.424	21.087	7.101	11.571
Á pagar	34	-	548	3.608
Compensados e deduzidos	-	-	5.336	1.962
Impostos antecipados a recuperar	(235)	(838)	-	(1)
Diferido	(3.105)	(301)	(2.139)	1.785
	8.118	19.948	10.846	18.925

**(a) Regime Tributário de Transição**

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº. 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº. 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT é opcional para o biênio 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para às pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPCs: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios), 04 (Ativo Intangível), 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários), 20 (R1) (Custos de Empréstimos), 33 (Benefícios a Empregados), 38 (Instrumentos Financeiros) e ICPC 01- (R1) (Contratos de Concessão).

**(2) Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL**

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº.s 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para manutenção do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são como segue:

Ágio - incorporado	638.018
Provisão constituída	(421.092)
Benefício fiscal	216.926
Amortização acumulada	(332.930)
Reversão acumulada	219.734
Saldos em 31 de dezembro de 2011	103.730
Amortização	(24.513)
Reversão	16.178
Saldos em 31 de dezembro de 2012	95.395

O ágio fiscal está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, desde dezembro de 2000, em 325 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, como determina a Resolução ANEEL nº. 474 de 30 de novembro de 2000, conforme curva abaixo:

Ano	COSERN	Ano	COSERN	Ano	COSERN	Ano	COSERN
2012	0,03842	2016	0,03430	2020	0,02907	2024	0,02442
2013	0,03705	2017	0,03289	2021	0,02784	2025	0,02336
2014	0,03741	2018	0,03153	2022	0,02666	2026	0,02235
2015	0,03575	2019	0,03022	2023	0,02551	2027	0,02140

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

## 11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Trabalhistas	6.966	5.384
Cíveis	2.106	1.364
Fiscais:	<u>12.831</u>	<u>12.173</u>
PIS / COFINS	2.842	4.552
Impostos municipais	395	432
INSS	6.873	4.950
CSLL	813	759
Outros	<u>1.908</u>	<u>1.480</u>
Total	<u><u>21.903</u></u>	<u><u>18.921</u></u>

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária

## 12. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº. 08, de 31 de dezembro de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº. 14).

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes a concessão do serviço público (ativo financeiro) está assim apresentada:

	<u>Ref.</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2011		144.781
Baixas		(760)
Transferências	(a)	155.975
Atualização monetária / valor justo		<u>20.915</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012		<u><u>320.911</u></u>

- (a) Transferência do intangível devido a remensuração da infraestrutura da concessão, em decorrência das novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgados no setor elétrico, conforme Resolução Normativa ANEEL nº. 474/12 (vide comentários nota 14) no montante de R\$ 91.349 e transferência do intangível pelo processo de novos ativos incorporados no montante de R\$ 64.626.



COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em dezembro de 2027. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

### 13. OUTROS ATIVOS

	<u>Ref.</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Adiantamentos a empregados		2.919	769
Adiantamentos a fornecedores		43	181
Serviços prestados a terceiros		933	822
RGR a compensar		445	533
Dispêndios a reembolsar em curso	(a)	1.266	1.124
Uso mútuo de postes		459	407
Outros créditos a receber		<u>1.707</u>	<u>1.069</u>
Total		<u>7.772</u>	<u>4.905</u>
Circulante		6.950	4.530
Não circulante		822	375

Apresentado líquido da Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, no montante de R\$ 29.396 (R\$ 17.031 em 31 de dezembro de 2011), vide nota 5, item d).

(a) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsados através de subvenções de recursos do Governo Federal.

### 14. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

		<u>31/12/12</u>			<u>31/12/11</u>	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
<b><u>Em serviço</u></b>						
Direito de uso da concessão	4,84%	706.232	(223.225)	33.441	516.448	562.087
<b><u>Em curso</u></b>						
Direito de uso da concessão		93.990		11.014	105.004	95.892
Total		<u>800.222</u>	<u>(223.225)</u>	<u>44.455</u>	<u>621.452</u>	<u>657.979</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	616.209	(118.349)	8.203	506.063	75.084	(3.061)	72.023	578.086
Adições	-	-	-	-	145.342	(2.237)	143.105	143.105
Baixas	(1.741)	2.289	-	548	-	-	-	548
Amortizações	-	(61.960)	7.971	(53.989)	-	-	-	(53.989)
Transferências - Intangíveis	99.770	-	(4.701)	95.069	(99.770)	4.701	(95.069)	-
Transferências - Ativos financeiros	7.506	-	6.829	14.335	(36.338)	1.285	(35.053)	(20.718)
Transferências - Outros	-	-	61	61	1.866	9.020	10.886	10.947
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>721.744</u>	<u>(178.020)</u>	<u>18.363</u>	<u>562.087</u>	<u>86.184</u>	<u>9.708</u>	<u>95.892</u>	<u>657.979</u>
Adições	-	-	-	-	176.085	(1.931)	174.154	174.154
Baixas	(19.326)	16.225	-	(3.101)	-	-	-	(3.101)
Amortizações	-	(61.473)	6.707	(54.766)	-	-	-	(54.766)
Transferências - Intangíveis	105.765	-	(2.221)	103.544	(105.765)	2.221	(103.544)	-
Transferências - Ativos financeiros	(101.951)	-	10.602	(91.349)	(65.642)	1.016	(64.626)	(155.975)
Transferências - Outros	-	43	(10)	33	3.128	-	3.128	3.161
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>706.232</u>	<u>(223.225)</u>	<u>33.441</u>	<u>516.448</u>	<u>93.990</u>	<u>11.014</u>	<u>105.004</u>	<u>621.452</u>

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado e pela Administração da Companhia como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) (vide nota explicativa nº 12).

A Resolução Normativa ANEEL nº. 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infra-estrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e o consequente um aumento da parcela residual da infra-estrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, houve uma redistribuição da infra-estrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou na reclassificação de R\$ 91.349 da conta de ativo intangível para o ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

(a) Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

(b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base nos resultados operacionais e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 15. FORNECEDORES

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

	31/12/12	31/12/11
Energia elétrica	85.534	64.018
Terceiros	84.488	63.021
Partes relacionadas	1.046	997
Encargos de uso da rede	11.164	9.185
Terceiros	11.152	9.177
Partes relacionadas	12	8
Materiais e serviços	21.962	9.536
Terceiros	21.886	9.300
Partes relacionadas	76	236
Energia livre	10.288	9.016
Total	128.948	91.755
Circulante	118.659	82.739
Não circulante	10.289	9.016

O saldo de não circulante refere-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº. 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADDEE, e impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº. 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28/09/2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22/11/2010 a liminar foi deferida.

## 16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição da dívida	Taxa efetiva	Encargos		Principal		Total	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	31/12/12	31/12/11
<b>Moeda nacional</b>							
BNB	10,00% a.a. a 13,20% a.a.	90	-	27.709	62.533	90.332	119.622
(-) Custos de transação		-	-	-	-	-	(420)
		90	-	27.709	62.533	90.332	119.202
BNDES FINEM	TJLP+ 3,20% a.a. /8,06%	466	-	24.708	122.189	147.363	114.258
Eletrobrás	5,00% a.a. a 5,45% a.a.	-	-	2.880	8.801	11.681	14.703
FINEP	5,27% a.a. a 5,34%a.a.	37	-	2.996	13.978	-	18.259
(-) Custos de transação		-	-	(38)	(75)	-	(137)
		37	-	2.958	13.903	-	18.122
Banco do Brasil	13,55% a.a / 13,76% a.a.	13.807	18.858	-	234.298	266.963	250.361
(-) Custos de transação		-	-	(1.108)	(787)	(1.895)	(2.952)
Operações com swap		-	-	-	(7.821)	(7.821)	(3.187)
		13.807	18.858	(1.108)	225.690	257.247	244.222
<b>Total moeda nacional</b>		<b>14.400</b>	<b>18.858</b>	<b>57.147</b>	<b>433.116</b>	<b>523.521</b>	<b>510.507</b>
<b>Moeda estrangeira</b>							
BANK OF AMERICA		64	-	(42)	19.275	19.297	16.456
Operações com swap		-	-	(4.426)	(188)	(4.614)	(1.731)
		64	-	(4.468)	19.087	14.683	14.725
<b>Total moeda estrangeira</b>		<b>64</b>	<b>-</b>	<b>(4.468)</b>	<b>19.087</b>	<b>14.683</b>	<b>14.725</b>
(-) Depósitos em garantias		-	-	-	(21.028)	(21.028)	(28.701)
<b>Total</b>		<b>14.464</b>	<b>18.858</b>	<b>52.679</b>	<b>431.175</b>	<b>517.176</b>	<b>496.531</b>

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Captações e renegociações de recursos no exercício:

a.1) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – A Companhia recebeu em 2012 o montante de R\$ 45.178 para financiamento dos investimentos realizados em 2011 e 2012, provenientes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº. 08.2.1089.1, assinado em março de 2009 e aditado em outubro de 2010, março, maio, novembro de 2011 e agosto de 2012.

a.2) Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP - A Companhia recebeu o montante de R\$ 1.743 para financiar o de Inovação, provenientes do Contrato de Financiamento assinado em setembro de 2012.

(b) Condições restritivas financeiras (covenants):

O contrato mantido com Bank Of América prevê cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

(c) Condições contratuais dos empréstimos da Companhia em 31 de dezembro de 2012:

Fonte	Data de Assinatura	Moeda	Objetivo	Juros	Swap	Vencimento	Garantias
ELETROBRÁS	2001 a 2009	R\$	Expansão de linhas e redes de distribuição, linhas de transmissão e aquisição de medidores	6 a 9 % a.a.	Não aplicável	2018	Recebeíveis/Nota Promissória
BB nº 342.901.057	04/05/10	R\$	Capital de Giro	CDI + 1% aa	Não aplicável	2015	Sem garantia
BB nº 20/00852-X	06/05/10	R\$	Capital de Giro	12,149% aa	99,5% do CDI	2014	Sem garantia
BB nº 20/00863-5	06/05/11	R\$	Capital de Giro	98,5%aa CDI	Não aplicável	2014	Sem garantia
BNB I	23/12/04	R\$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	10% a.a.	Não aplicável	2013	Aval Neoenergia/Recebeíveis/Fundo Liquidez
BNB II	27/11/06	R\$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	10% a.a.	Não aplicável	2014	Aval Neoenergia/Recebeíveis/Fundo Liquidez
BNB III	30/11/07	R\$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	TJLP + 3,21% a.a.	Não aplicável	2022	Aval Neoenergia/Recebeíveis/Fundo Liquidez
BANK OF AMÉRICA	11/04/11	US\$	Capital de giro	US\$ + Libor + 1,65%	107,85% CDI	2016	Sem garantia
BNB IV	27/06/08	R\$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	10% a.a.	Não aplicável	2016	Aval Neoenergia/Recebeíveis/Fundo Liquidez
BNDES 2009 - Aditivo II	23/12/09	R\$	Investimentos em redes de distribuição de energia elétrica	TJLP + 2,12 aa / TJLP + 3,12% a.a. / 4,50% aa	Não aplicável	2016	Aval Neoenergia
FINEP 2009	14/10/09	R\$	Projeto de Inovação	5% a.a.	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
FINEP 2012	25/10/12	R\$	Projeto de Inovação	5% a.a.	Não aplicável	2020	Aval Neoenergia
BNDES/FINEM - Aditivo IX	24/03/11	R\$	Distribuição de Energia Elétrica	TJLP + 1,82 aa / TJLP + 2,82% a.a. / 5,50% aa	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia

Para alguns financiamentos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, aval do acionista controlador e aplicações financeiras vinculadas (contas reservas).

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O total devido em moeda nacional e estrangeira da Companhia desdobra-se da seguinte forma:

Moeda Nacional	31/12/12		31/12/11	
	R\$	%	R\$	%
Juros pré-fixados	193.778	37,0%	198.878	39,0%
TJLP	140.832	26,9%	130.465	25,6%
CDI	188.911	36,1%	181.164	35,5%
Total	<u>523.521</u>	<u>100,0%</u>	<u>510.507</u>	<u>100,0%</u>
Principal	490.263		491.766	
Encargos	33.258		18.741	

Moeda Estrangeira	31/12/12			31/12/11		
	Moeda de Origem	R\$	%	Moeda de Origem	R\$	%
Dólar norte americano	7.185	14.683	100,0%	7.850	14.725	100,0%
Principal		14.619			14.664	
Encargos		64			61	

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Moeda / Indexador	Variação %	
	31/12/12	31/12/11
Dólar norte-americano	8,94	12,58
TJLP	5,75	6,00
CDI	8,37	11,64

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/12/12			31/12/11		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2013	-	-	-	56.353	(1.266)	55.087
2014	210.148	(767)	209.381	194.643	(764)	193.879
2015	152.180	(198)	151.982	141.737	(195)	141.542
2016	60.123	(20)	60.103	48.698	(18)	48.680
2017	28.733	(6)	28.727	19.723	(4)	19.719
Após 2017	20.871	(3)	20.868	15.972	-	15.972
Total obrigações	<u>472.055</u>	<u>(994)</u>	<u>471.061</u>	<u>477.126</u>	<u>(2.247)</u>	<u>474.879</u>
(-) Depósitos em garantias			(21.028)			(28.701)
Total			<u>450.033</u>			<u>446.178</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	36.348	335.815	-	-	372.163
Ingressos	-	162.025	-	15.000	177.025
Encargos	35.173	6.941	227	-	42.341
Variação monetária e cambial	-	1	9	2.786	2.796
Swap	-	(401)	(1.891)	-	(2.292)
Efeito cumulativo marcação a mercado	208	(228)	(116)	(398)	(534)
Transferências	47.036	(47.036)	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(65.412)	-	(892)	-	(66.304)
(-) Custos de transação	(337)	374	-	-	37
Reclassificações	-	(28.701)	-	-	(28.701)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	53.016	428.790	(2.663)	17.388	496.531
Ingressos	-	46.921	-	-	46.921
Encargos	35.688	7.784	437	-	43.909
Variação monetária e cambial	-	-	11	1.590	1.601
Swap	-	(2.482)	(887)	-	(3.369)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(25)	(6)	109	78
Transferências	58.968	(58.968)	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(76.119)	-	(1.296)	-	(77.415)
Mov. depósitos em garantias	-	7.673	-	-	7.673
(-) Custos de transação	(6)	1.253	-	-	1.247
Saldos em 31 de dezembro de 2012	71.547	430.946	(4.404)	19.087	517.176

## 17. DEBÊNTURES

Debêntures (*)	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Taxa efetiva	31/12/12			31/12/11	
					Encargos	Principal		Total	Total
					Circulante	Circulante	Não Circulante		
4ª Emissão	Única	16.360	CDI + 0,6% a.a	11,50%	402	36.352	36.368	73.122	110.069
(-) Custos de transação					-	(176)	(69)	(245)	(529)
Total					402	36.176	36.299	72.877	109.540

(\*) Debêntures simples, não conversíveis em ações.

(a) Condições restritivas financeiras (covenants):

A escritura de emissão das debêntures prevê a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/12/12			31/12/11		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2014	36.368	(69)	36.299	36.360	(176)	36.184
2015	-	-	-	36.360	(69)	36.291
Total	36.368	(69)	36.299	72.720	(245)	72.475

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A mutação das debêntures é a seguinte:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	37.366	108.543	145.909
Encargos	15.873	-	15.873
Transferências	36.352	(36.352)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(52.594)	-	(52.594)
(-) Custos de transação	68	284	352
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>37.065</u>	<u>72.475</u>	<u>109.540</u>
Encargos	8.749	-	8.749
Transferências	36.352	(36.352)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(45.695)	-	(45.695)
(-) Custos de transação	107	176	283
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>36.578</u>	<u>36.299</u>	<u>72.877</u>

## 18. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Salários	2.597	464
Encargos sociais	948	649
Provisões férias e 13º salário	1.629	2.044
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	1.695	1.558
Provisão PLR	3.251	3.322
Total	<u>10.120</u>	<u>8.037</u>

## 19. TAXAS REGULAMENTARES

	<u>Ref.</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Reserva Global de Reversão – RGR	(a)	-	1.868
Conta de Consumo de Combustível – CCC		2.553	5.158
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		857	795
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		499	418
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		249	209
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		7.287	7.036
Programa de Eficientização Energética - PEE		1.393	776
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		212	212
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		748	627
Total		<u>13.798</u>	<u>17.099</u>
Circulante		13.323	13.972
Não circulante		475	3.127

- (a) A Medida Provisória nº 579, de 12 de setembro de 2012, posteriormente convertida em Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, Art. 21, desobriga as distribuidoras, a partir de 1º de janeiro de 2013, do recolhimento da quota anual da RGR. Por sua vez, o Despacho nº 34, de 10 de janeiro de 2013 revoga os Despachos que fixaram as quotas mensais de RGR do exercício de 2012, especificamente no que diz respeito às quotas que deveriam ser cobradas a partir de 15 de janeiro de 2013, com vistas à redução das tarifas aos consumidores finais de energia elétrica.



COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 20. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/12	31/12/11
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda - IR	837	723
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	3.608
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	30.145	27.000
Programa de integração social - PIS	2.786	2.345
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	12.838	10.800
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2.112	1.521
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	320	296
Imposto sobre serviços - ISS	1.208	718
Outros	634	310
<b>Total</b>	<b>50.880</b>	<b>47.321</b>

## 21. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos intermediários e propostos, e juros sobre capital próprio aos seus acionistas da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
<u>2012</u>					
AGOE de 17 de abril de 2012	Dividendos a partir da Reserva de Lucros	30.504	0,1774443794	0,1951888173	0,1951888173
AGOE de 17 de abril de 2012	Dividendos Complementares	101.982	0,5932389943	0,6525628937	0,6525628937
RCA de 28 de dezembro de 2012	JSCP	36.195	0,2105478219	0,2316026041	0,2316026041
Estatuto da Companhia - Capítulo VI (Art. 35)	Complemento dividendos mínimos obrigatórios	14.438	0,0839905475	0,0923896023	0,0923896023
		<u>183.119</u>			
<u>2011</u>					
RCA de 31 de março de 2011	JSCP	10.798	0,0628131025	0,0690944127	0,0690944127
AGO de 25 de abril de 2011	Dividendos	87.342	0,5080770685	0,5588847754	0,5588847754
RCA de 30 de junho de 2011	JSCP	10.799	0,0628189196	0,0691008115	0,0691008115
RCA de 29 de agosto de 2011	Dividendos	59.572	0,3465370083	0,3811907091	0,3811907091
RCA de 30 de setembro de 2011	JSCP	10.799	0,0628189196	0,0691008115	0,0691008115
RCA de 29 de dezembro de 2011	JSCP	5.227	0,0304060091	0,0334466100	0,0334466100
		<u>184.537</u>			

O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

O artigo 9º da Lei nº. 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe “A” e “B” terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
<b><u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido</u></b>		
Ações ordinárias	38.215	37.582
Ações preferenciais classe "A"	6.676	6.566
Ações preferenciais classe "B"	<u>5.742</u>	<u>5.646</u>
Total	<u>50.633</u>	<u>49.794</u>
<b><u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado</u></b>		
Lucro líquido do exercício	245.872	232.128
Incentivo fiscal SUDENE	(43.340)	(32.951)
Amortização do ágio incorporado	24.513	25.412
Reversão da provisão para manutenção do patrimônio líquido	(16.179)	(16.772)
Benefício fiscal da amortização do ágio incorporado	<u>(8.334)</u>	<u>(8.640)</u>
Base de cálculo do dividendo	<u>202.532</u>	<u>199.177</u>
<b><u>Dividendos mínimos obrigatórios</u></b>	<u>50.633</u>	<u>49.794</u>
<b><u>Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:</u></b>		
Dividendos intermediários	-	59.572
Juros sobre capital próprio - R\$ 0,2105478219 por ação ON e R\$ 0,2316026041 por ação PNA e PNB	36.195	37.623
<b>Total Bruto</b>	<u>36.195</u>	<u>97.195</u>
<b>Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15% (*).</b>	<u>(753)</u>	<u>(783)</u>

(\*) Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.

A movimentação dos saldos é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	5.909
Dividendos e juros sobre o capital próprio	
Declarados	183.119
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(753)
Pagos no período	<u>(137.483)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>50.792</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 22. PROVISÕES

As provisões constituídas para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, no montante de R\$ 11.275 classificadas no passivo circulante (R\$ 6.415 em 31 de dezembro de 2011) e R\$ 20.264 no não circulante (R\$ 22.384 em 31 de dezembro de 2011) estão compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	15.956	8.140	4.703	28.799
Constituição	3.362	1.672	33	5.067
Baixas/reversão	(2.231)	(3.062)	(62)	(5.355)
Atualização	1.435	1.203	390	3.028
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>18.522</u>	<u>7.953</u>	<u>5.064</u>	<u>31.539</u>

A administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

### Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Trabalhistas	Valor	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
	atualizado			31/12/12	31/12/11
Ex-empregados da Companhia	2.123	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.123	1.766
	2.408	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	1.146	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	6.412	1ª, 2ª e 3ª	Provável	6.412	5.354
	8.135	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	444	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados	9.987	1ª, 2ª e 3ª	Provável	9.987	8.836
	1.184	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total	<u>31.839</u>			<u>18.522</u>	<u>15.956</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Cíveis	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					31/12/12	31/12/11
Clientes – Tarifas Plano Cruzado	(1)	824	1ª, 2ª e 3ª	Provável	824	1.407
		124	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.011	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas	(2)	1.940	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.940	1.516
		67.913	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		681	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	(3)	1.585	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.585	1.871
		4.731	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		687	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo	(4)	730	1ª, 2ª e 3ª	Provável	730	635
		5.069	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		662	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa	(5)	186	1ª, 2ª e 3ª	Provável	186	44
		1.744	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		5	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário Ações	(6)	1.267	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Cooperativas	(7)	18	1ª, 2ª e 3ª	Provável	18	-
		362.000	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras	(8)	2.670	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.670	2.667
		60.662	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		6.115	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		<u>520.624</u>			<u>7.953</u>	<u>8.140</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m.

- (1) *Clientes – Tarifas Plano Cruzado* - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº. 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.
- (2) *Indenização por perdas* – Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.
- (3) *Acidente terceiros / trabalho* – Ações movidas por pessoas físicas em virtude de acidentes elétricos que causaram morte ou danos físicos.
- (4) *Irregularidade de consumo* – Ações movidas por pessoas físicas e jurídicas questionando a lavratura de termos de ocorrências de irregularidades originados no desvio de energia, lavrados pela Concessionária.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (5) *Negativação SPC e Serasa* - Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais em virtude de negativação solicitada pela Concessionária em virtude de inadimplência.
- (6) *Societário ações* - Ação que envolve questionamento sobre suposto direito de ações
- (7) *Cooperativas* - Ações judiciais que discutem o Termo de Acordo conjunto firmado entre ANEEL, FECOERN, CERPAL e COSERN, que versa sobre a aquisição de acervo elétrico.
- (8) *Outras* – Administrativa, Contrato de demanda, Poder normativo da concessionária, Contratos comercial/financeiro, Inadimplência e repercussões, Débito de terceiros, Corte indevido, Empréstimo compulsório, Contratos com terceirizados, Revisão de consumo de energia, Serviços de rede, Repetição de indébito, Racionamento de energia elétrica, Revisão de faturamento e Societário.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Fiscais	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					31/12/12	31/12/11
ICMS	(1)	869	1ª, 2ª e 3ª	Provável	869	759
		39.573	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
ISS	(1)	6.124	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		16.497	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL	(3)	31.141	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		9.260	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
COFINS	(4)	68	1ª, 2ª e 3ª	Provável	68	62
		1.251	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(5)	1.427	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
		106.449	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
IRPJ/IRRF	(5)	19.286	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
		4.127	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.127	3.825
INSS	(6)	988	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		38	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Incentivo Fiscal SUDENE		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	57
Outras	(7)	2.505	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		3.683	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		<u>243.286</u>			<u>5.064</u>	<u>4.703</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- (1) *ICMS* - Diversas ações movidas pelos municípios do RN objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a COSERN antes da privatização da empresa, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996. No caso das ações envolvendo a remissão do ICMS, os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontram prescritos. Por outro lado, a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a Companhia, em virtude de eventual não recolhimento do ICMS no período supracitado, abrangendo apenas o exercício de 1996, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. O Estado do Rio Grande do Norte cobrou administrativamente esses valores e a COSERN moveu ação anulatória de débito fiscal contra essa cobrança, estando o processo aguardando sentença. Em sede de antecipação de tutela a exigibilidade do crédito foi suspensa reconhecendo o juiz a ocorrência da prescrição de todo o débito.
- (2) *ISS* - Refere-se a autos de infração lavrados pelo Poder Público Municipal, exigindo ISS sobre serviço por terceiros.
- (3) *CSLL* - Auto de infração decorrente da não adição da despesa de ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A COSERN apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos. Auto de infração anulado em dezembro de 2012 conforme decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
- (4) *COFINS* – Refere-se a processo judicial onde se busca a compensação tributária do crédito de COFINS relativo a pagamento superior ao efetivamente devido em dezembro de 2008.
- (5) *IRPJ/IRRF*:

*IRPJ* - Auto de infração decorrente da não adição da despesa de ágio nas bases de cálculo do IRPJ. A COSERN apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos. Auto de infração anulado em abril de 2012 conforme decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A Fazenda Nacional apresentou recurso em julho de 2012.

*IRRF*- Auto de infração motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Companhia interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT nº. 01/2002. No último mês de abril, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais anulou o auto de infração. Aguarda-se lavratura do acórdão.
- (6) *INSS* – Refere-se a ação anulatória para desconstituir lançamentos relacionados a NFLD nº. 35.814.150-8 que cobra supostos débitos previdenciários das competências de 01/1997 a 08/2006, oriundos de processos trabalhistas e salário indireto, e das competências de 02/1999 a 06/2006, referentes a retenções de serviços prestados por autônomos. Parte dos valores reivindicados pelo INSS já foi atingido pela decadência. Contudo, os consultores legais da empresa entendem que a outra parte dos valores cobrados podem ser devidos e consideram que a provisão constituída é suficiente para fazer frente a futuros desembolsos.
- (7) *Outras* – Demandas em esfera administrativa ou judicial que envolvem matérias não enquadradas nas hipóteses anteriores, ou que digam respeito a mais de uma exação fiscal.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 23. OUTROS PASSIVOS

	Ref	31/12/12	31/12/11
Consumidores	(1)	16.916	13.375
Empregados - adiantamento acordo coletivo		2	2
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS		293	293
Caução em garantia	(2)	12.196	6.265
Encargos CBEE		21	21
Adiantamentos recebidos		2.862	2.463
Outros		9.410	(452)
Total		<u>41.700</u>	<u>21.967</u>
Circulante		38.154	16.640
Não circulante		3.546	5.327

(1) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(2) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

## 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital social

O Capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é de R\$ 179.787.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Nº de Ações (EM UNIDADES)								
Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A.	110.814.372	85,4	16.507.498	80,1	14.645.619	82,6	141.967.489	84,5
Iberdrola Energia S.A.	8.147.546	6,3	2.217.674	10,8	1.417.164	8,0	11.782.384	7,0
Uptick	7.576.650	5,8	1.156.609	5,6	1.047.352	5,9	9.780.611	5,8
Previ	1.854.848	1,4	359.031	1,7	382.135	2,2	2.596.014	1,5
Outros	1.352.803	1,0	365.316	1,8	229.411	1,3	1.947.530	1,2
<b>Total</b>	<u>129.746.219</u>	<u>100,0</u>	<u>20.606.128</u>	<u>100,0</u>	<u>17.721.681</u>	<u>100,0</u>	<u>168.074.028</u>	<u>100,0</u>

  

R\$ (EM REAIS)								
Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A.	118.537.132	85,4	17.657.921	80,1	15.666.286	82,6	151.861.339	84,5
Iberdrola Energia S.A.	8.715.356	6,3	2.372.226	10,8	1.515.928	8,0	12.603.510	7,0
Uptick	8.104.674	5,8	1.237.214	5,6	1.120.343	5,9	10.462.231	5,8
Previ	1.984.114	1,4	384.052	1,7	408.766	2,2	2.776.932	1,5
Outros	1.447.082	1,0	390.775	1,8	245.399	1,3	2.083.256	1,2
<b>Total</b>	<u>138.788.358</u>	<u>100,0</u>	<u>22.042.188</u>	<u>100,0</u>	<u>18.956.722</u>	<u>100,0</u>	<u>179.787.268</u>	<u>100,0</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurada prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia, e assegurada, ainda, às ações preferenciais “Classe A”, prioridade na distribuição de dividendos.

Reservas de Capital

a) Reserva Especial de Ágio

Essa reserva, no montante de R\$ 179.315, foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente ao patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação (vide nota explicativa nº. 24).

b) Reserva de Incentivo Fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº. 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 82.428, foi mantido como reserva de capital e, somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de Lucros

a) Reserva de Incentivo Fiscal

Em atendimento à Lei nº. 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em dezembro de 2010, através do Laudo Constitutivo nº. 0183/2010, com validade até 2020, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$ 43.340 (R\$ 32.951 em 31 de dezembro de 2011) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal no exercício por já ter atingido esse limite.



COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Reserva de Retenção de Lucros

A Lei das S.A permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembléia Geral.

Outros Resultados Abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários.

Até 31 de dezembro de 2011, os ajustes decorrentes da atualização monetária dos ativos financeiros de concessão foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, a partir de 2012 somente será reconhecido em Outros Resultados Abrangentes os ajustes a valor justo dos ativos financeiros de concessão.

## 25. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Fornecimento de energia	(a)	732.312	572.259
Receita de distribuição		708.938	562.333
Remuneração financeira wacc		23.374	9.926
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	17.724	7.360
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	1.012.791	914.166
Receita de distribuição		980.465	898.309
Remuneração financeira wacc		32.326	15.857
Receita de construção da infraestrutura da concessão		207.830	160.318
Outras receitas	(d)	24.437	16.612
Total receita bruta		1.995.094	1.670.715
(-) Deduções da receita bruta	(e)	(576.759)	(521.044)
Total receita operacional líquida		1.418.335	1.149.671

(a) Fornecimento de Energia

A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

Ref.	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Consumidores:						
Residencial	1.016.625	982.263	1.635.582	1.531.495	692.338	586.065
Industrial	4.980	5.120	567.255	640.228	184.943	186.703
Comercial	76.966	75.221	896.835	851.203	408.629	356.084
Rural	66.061	63.825	407.283	297.441	87.352	60.927
Poder público	12.303	11.899	248.127	227.480	110.404	94.631
Iluminação pública	5.814	5.363	155.271	148.373	37.516	33.330
Serviço público	1.664	1.594	254.978	242.048	78.518	68.596
Consumo próprio	101	96	4.828	4.539	-	-
Suprimento	4	4	-	-	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	6.634	3.420
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1)	-	-	-	(949.934)	(849.332)
	1.184.518	1.145.385	4.170.159	3.942.807	656.400	540.424
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	75.912	31.835
Total	1.184.518	1.145.385	4.170.159	3.942.807	732.312	572.259

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº. 1.618 de 23 de abril de 2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “TUSD média” calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(\*) Informação não auditada.

Reajuste Tarifário 2012

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº. 1.279, de 18 de abril de 2012, publicada no diário oficial da união de 20 de abril de 2012, fixou em 10,28% o índice médio de reajuste tarifário para a Companhia, sendo 9,70% relativos ao reajuste tarifário anual e 0,58% aos componentes financeiros.

O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores cativos é de 6,43% sendo 6,05% para os atendidos em baixa tensão (residências e outros) e 7,35% para os de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte). As tarifas homologadas pela ANEEL estarão em vigor no período de 22 de abril de 2012 a 21 de abril de 2013.

<b>Receita Anual (RA0)</b>	<b><u>1.160.739</u></b>
Encargos Setoriais	109.806
Compra de Energia Elétrica	619.817
Transporte de Energia	79.561
<b>Parcela A</b>	<b><u>809.184</u></b>
<b>Remuneração Bruta de Capital - Parcela B</b>	<b>464.204</b>
<b>Receita Requerida (Parcela A +B)</b>	<b><u>1.273.388</u></b>
<b>CVA e Neutralidade</b>	<b>(30.134)</b>
<b>Componentes Financeiros</b>	<b>20.438</b>
<b>Subsídios Tarifários</b>	<b>17.061</b>
<b>Total Comp. Financeiros e Subsídios</b>	<b><u>7.365</u></b>
Reajuste Econômico [ (2) / (1) ]	9,70%
Componentes Financeiros e Subsídios [ (3) / (2) ]	0,58%
<b>Reajuste Tarifário Total [ (4) + (5) ]</b>	<b><u>10,28%</u></b>
<b>Reajuste Percebido pelo Consumidor (*)</b>	<b><u>6,43%</u></b>

(\*) Informação não auditada

(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre		62.858	64.834
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	(1)	949.933	849.332
		<u>1.012.791</u>	<u>914.166</u>

(1) Vide comentários nota (a), acima.

(d) Outras receitas

	31/12/12	31/12/11
Renda da prestação de serviços	1.829	3.229
Arrendamentos e aluguéis	8.324	6.441
Serviço taxado	3.115	2.383
Taxa de iluminação pública	3.274	2.936
Administração de faturas de fraudes	(25)	192
Comissão serviços de terceiros	324	300
Multa infração consumidor	198	189
Ressarcimento comercialização de energia	6.177	-
Outras receitas	1.221	942
	<u>24.437</u>	<u>16.612</u>

(e) Deduções da receita bruta

	31/12/12	31/12/11
<b>IMPOSTOS:</b>		
ICMS	(330.314)	(285.618)
PIS	(29.290)	(24.824)
COFINS	(134.911)	(114.343)
ISS	(991)	(738)
<b>ENCARGOS SETORIAIS:</b>		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(11.545)	(10.796)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(10.284)	(9.547)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(41.056)	(59.876)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(5.648)	(4.668)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(2.298)	(1.867)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(1.149)	(934)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(2.298)	(1.867)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(3.528)	(3.165)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	(3.447)	(2.801)
Total	<u>(576.759)</u>	<u>(521.044)</u>

(\*) Informação não auditada.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Custo com encargos de uso da rede

	31/12/12	31/12/11
Terceiros	(88.156)	(73.899)
Partes relacionadas	(111)	(97)
Crédito PIS / COFINS	7.779	9.439
Total	<u>(80.488)</u>	<u>(64.557)</u>

(d) Amortização

	31/12/12	31/12/11
Quota de amortização no exercício	(55.381)	(53.680)
(-) Crédito PIS/COFINS	997	1.076
Total	<u>(54.384)</u>	<u>(52.604)</u>

(e) Outros custos e despesas

	31/12/12	31/12/11
Seguros	(416)	(253)
Doações e contribuições	(597)	(994)
Recuperação de despesa	60	419
Publicações e avisos de desligamentos	(25)	(29)
Órgãos de classe do Setor Elétrico	(739)	(666)
Despesas de viagem	(1.396)	(1.226)
Consumo próprio e energia elétrica	(75)	(69)
Propaganda e publicidade	(649)	(677)
Indenização processos cíveis e fiscais	(3.667)	(2.619)
Alimentação	(452)	(287)
Encerramento de ordem em curso	(238)	(58)
Contencioso trabalhista - terceiros	(371)	(257)
Outros	(2.273)	(1.788)
Total	<u>(10.838)</u>	<u>(8.504)</u>

## 27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receita Financeira	31/12/12	31/12/11
Renda de aplicações financeiras	16.710	15.445
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	32.623	33.979
Variação monetária	19.313	30.048
Variação cambial	2.386	1.830
Operações swap	6.507	3.788
Receita financeira da concessão	20.915	-
Outras receitas financeiras	1.465	1.482
Total	<u>99.919</u>	<u>86.572</u>
Despesa Financeira	31/12/12	31/12/11
Encargos de dívida	(48.735)	(53.122)
Variação monetária	(15.335)	(17.607)
Variação cambial	(3.987)	(4.624)
Operações swap	(3.138)	(1.496)
Multas regulatórias	(2.238)	(1.851)
Outras despesas financeiras	(5.201)	(6.150)
Total	<u>(78.634)</u>	<u>(84.850)</u>

## 28. PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS

A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº. 10.101/00 e artigo nº. 189 da Lei nº. 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante desta participação para o exercício de 2012 foi de R\$ 5.399 (R\$ 5.126 em 31 de dezembro de 2011).

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 29. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref	Natureza de Operação	31/12/12			31/12/11		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	107	-	-	110	-
CELPE	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	383	84	-	705	357	-
TERMOPERNAMBUCO	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	13	-	-	82	-
ITAPEBI	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	601	61	-	884	153	-
GERAÇÃO CIII	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	11	-	-	19	-
NC ENERGIA	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	15	-	-	6	-
NEOENERGIA SERVIÇOS	(c)	Prestação de serviço	-	87	(2.734)	-	165	(2.107)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	4	-	-	3	-
			-	91	(2.734)	-	168	(2.107)
BAGUARI I	(a)	Energia comprada	-	181	(1.403)	-	174	(1.325)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	10	-	-	17	-
			-	191	(1.403)	-	191	(1.325)
BAHIA PCH I	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	6	-	-	9	-
RIO PCH I	(a)	Energia comprada	-	112	(867)	-	108	(819)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	6	-	-	10	-
			-	118	(867)	-	118	(819)
NEOENERGIA INVESTIMENTOS	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	3	-	-	1	-
GOIAS SUL	(a)	Energia comprada	-	112	(864)	-	107	(788)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	3	-	-	13	-
			-	115	(864)	-	120	(788)
SE NARANDIBA	(b)	Uso da Rede	-	1	(11)	-	-	(4)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	4	-	-	4	-
			-	5	(11)	-	4	(4)
AFLUENTE GERAÇÃO	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	4	-	-	9	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(b)	Uso da Rede	-	12	(100)	-	8	(93)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	21	-	-	54	-
			-	33	(100)	-	62	(93)
BELOMONTE PARTICIPAÇÕES	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	1	-	-	94	-
ÁGUAS DA PEDRA	(a)	Energia comprada	-	641	(4.902)	-	608	(4.628)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	43	-	-	58	-
			-	684	(4.902)	-	666	(4.628)
CIA. TELES PIRES	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	64	-	-	513	-
ENERGY WORKS	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	11	-	-	-	-
CAPUAVA	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	7	-	-	-	-
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	18	-	-	-	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	3	-	-	-	-
CALANGO 1	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	10	-	-	-	-
CALANGO 2	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	24	-	-	-	-
CALANGO 3	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	25	-	-	-	-
CALANGO 4	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	11	-	-	-	-
CALANGO 5	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	23	-	-	-	-
MEL 2	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	4	-	-	9	-
ARIZONA 1	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	28	-	-	-	-
CAETITÊ 1	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	16	-	-	1	-
CAETITÊ 2	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	23	-	-	-	-
CAETITÊ 3	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	21	-	-	1	-
Banco do Brasil S.A.	(d)	Empréstimos e Financiamentos	7.821	265.067	(23.093)	3.186	247.409	(35.532)
Neoenergia S.A.		Dividendos	-	12.186	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	30.547	(30.547)	-	4.411	(4.411)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	493	-	-	201	-
	(f)	Aluguel/Comodato	-	19	(211)	-	18	(199)
			-	43.245	(30.758)	-	4.630	(4.610)
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Dividendos	-	224	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	562	(562)	-	81	(81)
			-	786	(562)	-	81	(81)
Iberdrola Energia S.A.		Dividendos	-	1.020	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	2.174	(2.174)	-	314	(314)
			-	3.194	(2.174)	-	314	(314)
Amara Brasil	(c)	Prestação de serviço (almoxtarifado)	-	76	(1.324)	-	71	(1.803)
Outros Minoritários		Dividendos	-	1.815	-	-	687	-
		Juros sobre capital próprio	-	2.265	(2.265)	-	416	(416)
			-	4.080	(2.265)	-	1.103	(416)

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

**a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica:**

Baguari I – Contrato nº. 4600017985, vigência de 1º de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2039, conforme Resolução ANEEL nº. 589 de 11 de dezembro de 2007.

Rio PCH I – Contrato nº. 4600015569, vigência de 17 de janeiro de 2007 até 31 de dezembro de 2038, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº. 1.163 de dezembro de 2007.

Goiás Sul – Contrato nº. 4600017990 e 4600017991, vigência de 1º de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2039, conforme Resoluções Autorizáveis ANEEL nº. 881 e 882 de 24 de abril de 2007.

Energética Águas da Pedra – Contrato 4600020539, vigência de 1º de agosto de 2007 até 31 de dezembro de 2040, conforme Resolução Normativa ANEEL nº. 232 de 19 de setembro de 2006.

**b) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)**

Afluentes – Contrato nº. 4600007603, de uso do sistema de transmissão, entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, COSERN e a Afluentes, com vigência até dezembro de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba – Contrato nº. 4600007603, de uso do sistema de transmissão, entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, COSERN e a SE Narandiba, com vigência até dezembro de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

**c) Contratos de Prestação de Serviços**

Amara Brasil - Contrato nº. 4600022357, vigência de 16 de agosto de 2011 até 18 de agosto de 2014, conforme Despacho ANEEL nº. 3.326, de 15 de agosto de 2011.

Neoenergia Serviços Ltda – Contrato nº. 4600019864, vigência de 8 de agosto de 2010 até 8 de agosto de 2014, conforme Despacho ANEEL nº. 2.758, de 20 de setembro de 2010.

**d) Contratos de Empréstimos e Aplicações Financeiras**

Banco do Brasil – Nota de Crédito Comercial nº. 20/00863-5, com vencimento em 18 de abril de 2014, corrigido mensalmente com base no IRP.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial nº. 342.901.057, com vencimento em 24 de abril de 2015, corrigido mensalmente com base no CDI.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial nº. 20/00852-X, com vencimento em 14 de abril de 2014, corrigido anualmente com taxa efetiva de 12,149%.

**e) Debêntures Aplicação/Emissão**

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

**f) Contrato de locação de imóveis**

Neoenergia S/A - Contrato nº 4600020646 referente à locação de imóvel não residencial, vigência até 30 de junho de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

**g) Remuneração da administração**

A remuneração total dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 2.399 (R\$ 1.570 em 31 de dezembro de 2011), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

**30. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e Políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

**Gestão do Capital Social**

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.



COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Títulos e valores mobiliários – Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no longo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) R\$ 53.000 – é considerado como item objeto de hedge, e está contabilizado pelo seu valor justo.
- ✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de hedge e estão contabilizados pelos seus valores justos.
- Instrumentos Financeiros Derivativos:
  - ✓ Operação com derivativo para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira sem nenhum caráter especulativo.
  - ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, recalculados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de hedge accounting. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e o nível de mensuração do valor justo por meio do resultado, de acordo com o CPC 40:

		Ativos (Passivos)			
		31/12/12		31/12/11	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Categoria					
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa		124.924	124.924	154.560	154.560
Títulos e valores mobiliários		12.982	12.982	17.452	17.452
Contas a receber de clientes e outros		441.666	441.666	433.507	433.507
Passivo					
Fornecedores		(128.948)	(128.948)	(91.755)	(91.755)
Empréstimos em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	Nível 2	(76.156)	(76.156)	(66.245)	(66.245)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional		(434.158)	(434.158)	(418.748)	(418.748)
Debêntures em moeda nacional		(72.877)	(72.779)	(109.540)	(131.643)
Empréstimos, financ e debêntures em moeda estrangeira		(19.298)	(19.298)	(16.456)	(16.456)
Instrumentos financeiros derivativos		12.436	12.436	4.918	4.918

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

\* CPC 40 Níveis de hierarquia do valor justo:

Nível 1 – Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado; e

Nível 2 – Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3 – Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando swap dólar para CDI e troca de taxa de juros, utilizando swap de taxa prefixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Operação de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.
- ✓ Operação de “hedge” para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) no valor de R\$ 53.000, de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de hedge, vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são como segue:

					Valores de Referência						Efeito acumulado
Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Moeda Estrangeira		Moeda Local		Valor Justo		31/12/12
					31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	Valor a receber/recebido - a pagar/pago
Contratos de swaps:											
Swap											
Ativa	Bank Of American	08/04/11	06/05/16	USD 6M LIBOR + 2,39% a.a.	USD 9.482	USD 9.482	R\$ 15.000	R\$ 15.000	19.777	16.989	
Passiva				CDI - 6% a.a.					15.162	15.258	
									4.615	1.731	887
Swap											
Ativa	Banco do Brasil	06/05/2010	14/04/14	12,16% a.a.	-	-	R\$ 53.000	R\$ 53.000	76.157	66.245	
Passiva				99,5 % do CDI					68.336	63.058	
									7.821	3.187	2.482
Total									12.436	4.918	3.369

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Fatores de Risco

- Riscos financeiros
  - ✓ Risco de Variação Cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira indexado a variação cambial captada no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2012, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 3.369 (R\$ 2.291, resultado positivo em 31 de dezembro de 2011).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

				R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar	Alta do Dólar	(2.858)	(3.573)	(4.287)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Queda do Dólar	41.168	5.210	6.253
Exposição Líquida		1.310	1.638	1.965

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte, considerando no cenário provável a projeção de taxa de câmbio divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

- ✓ Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas prefixadas, possui derivativo e utiliza swap de taxa prefixada para CDI. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2012, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP. Além desses contratos, como mencionado no item “Risco de variação cambial”, a empresa possuía swaps para cobertura das dívidas em moeda estrangeira, trocando a exposição à variação do Dólar pela exposição à variação do CDI. Desta forma, o risco da Companhia referente a essas operações passa a ser a exposição à variação do CDI.

A Companhia possui contratos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 193.778 registrados pelo valor contábil. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

R\$ Mil				
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>				
Aplicações financeiras em CDI	Queda do CDI	2.771	2.079	1.386
Aplicações financeiras - SELIC	Queda do CDI	-	-	-
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>				
<b>Empréstimos, Financiamentos e Debêntures</b>				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	(6.070)	(7.588)	(9.106)
Dívida em TJLP	Alta da TJLP	12.803	16.004	19.204
Swap Ponta Passiva em CDI	Alta do CDI	(1.936)	(2.420)	(2.904)

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte. Para os encargos de dívida foi considerada, no cenário provável, a projeção de taxa de juros divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. Em 31 de dezembro 2012 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 119.518, sendo R\$ 118.593 em fundos exclusivos e R\$ 925 em CDBs no Banco do Brasil.

A tabela abaixo demonstra o valor contábil dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	31/12/2012			
	Menos de 1 ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
<b>Circulante</b>				
Empréstimos e Financiamentos	71.569	-	-	-
Debêntures	36.578	-	-	-
Instrumentos Derivativos	(4.427)	-	-	-
<b>Não Circulante</b>				
Empréstimos e Financiamentos	-	216.938	219.180	21.924
Debêntures	-	36.299	-	-
Instrumentos Derivativos	-	(7.821)	(188)	-

- Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

- ✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide nota explicativas nº. 17).

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

### 31. COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia são como segue:

Vigência	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017
2013 a 2045	624.210	604.575	622.927	632.575	636.514	9.068.842

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 8 a 30 anos, representam o volume total contratado, pelo preço corrente no final do exercício de 2012, e foram homologados pela ANEEL.

### 32. SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância	Prêmio
		Segurada	
Riscos Nomeados - Subestações e Usinas	08/10/2012 a 08/10/2013	50.806	110
Riscos Nomeados - Imóveis próprios e locados	08/10/2012 a 08/10/2013	40.699	88
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2012 a 08/10/2013	3.000	110
Veículos	08/10/2012 a 08/10/2013	-	22

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:

Riscos nomeados – imóveis próprios, locados (de/ou para terceiros), almoxarifados, subestações e usinas – pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, sendo que as subestações e usinas têm cobertura adicional contra danos elétricos e tumulto.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Responsabilidade civil geral – cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais da Companhia. O Limite Máximo de Indenização – LMI contratado para a Apólice de Responsabilidade Civil Geral da Companhia é de R\$ 3.000, aplicado por sinistro ou série de sinistros resultantes de um mesmo evento.

A soma de todas as indenizações e despesas pagas pela apólice de Responsabilidade Civil Geral em todos os sinistros reclamados durante a vigência, não poderá exceder, em hipótese alguma, ao limite agregado de uma vez e meia a importância segurada, ou seja, ao valor de R\$ 4.500.

Transporte (Nacional e Internacional) – garante o pagamento de uma indenização ao segurado caso os bens (novos ou usados) em trânsito, transportados através das vias marítimas, fluviais, lacustres, aéreas, rodoviárias ou ferroviárias; devidamente averbados, sofram uma avaria (sinistro), em qualquer localidade do território nacional (transporte nacional) ou no exterior (transporte internacional).

Veículos – coberturas básicas de responsabilidade civil facultativa de veículos, casco e acidentes pessoais coletivos; e coberturas adicionais de quebra de vidros, assistência 24 horas e carro reserva por sete dias em caso de sinistro ou roubo. Os veículos são segurados a valor de mercado, tomando como base a “Tabela Fipe”, não tendo um valor fixo a título de importância segurada.

### **33. QUESTÕES AMBIENTAIS (\*)**

A COSERN, ciente das suas responsabilidades como Empresa Distribuidora de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Norte, desenvolve, cada vez mais, ações no intuito de identificar, solucionar e preservar o meio ambiente com práticas ecologicamente sustentáveis, que minimizem os impactos ambientais com relação aos recursos naturais. A Empresa procura solucionar eventuais impactos de seus produtos, processos e instalações sobre os ecossistemas e a sociedade. Destacam-se em 2012, as seguintes ações ambientais:

- a) Em 2012, o Projeto Logisverde promoveu o reuso de 44% das 2.874 bobinas de madeira adquiridas em 2012, representando um avanço de 34% do executado no projeto em 2011. Além disso, realizou treinamento de poda de árvores em Natal, Mossoró, Currais Novos e Caraúbas. Estas ações contaram com a participação de 80 colaboradores eletricitas. Durante a Semana de Meio Ambiente foram distribuídas 300 mudas de plantas medicinais, realizado Concurso COSERN de fotografias com o tema: “A COSERN e o Meio Ambiente” e exibidos, no auditório do edifício sede, 3 (três) documentários sobre preservação e conservação ambiental.

O projeto de estudo pioneiro de substituição de óleo mineral por vegetal, desenvolvido pela Companhia desde 2008, teve continuidade em 2012 e os resultados do comportamento do óleo vegetal apontam índices satisfatórios. Destaca-se, ainda, que o óleo vegetal, por suas propriedades, se decompõe rapidamente na natureza no caso de vazamento.



COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Com relação à expansão do sistema, obteve-se o licenciamento ambiental para a construção da Subestação Riacho da Cruz e das linhas de distribuição - LD 69 kV Tangará /Elói de Souza, Natal II/Lagoa Nova, Natal III/TEP, Mossoró II/Dix-sept Rosado, Currais Novos II/SRM, além da reforma da linha de distribuição - LD 69 kV Mossoró II/ Grossos.

- b) O Programa de Eficiência Energética realizou, em 2012, através dos Projetos Energia Social “Nova Geladeira” e “Energia Verde” palestras sobre o uso eficiente e seguro de energia elétrica para um público de mais de 4.300 participantes, aos quais foram doadas lâmpadas e geladeiras eficientes, mediante troca por equipamentos ineficientes.

O projeto “Energia Verde”, iniciado em 2010, obteve a inscrição de 3.130 clientes até dezembro de 2012, proporcionou a troca de 2.780 equipamentos ineficientes com um investimento de mais de R\$ 500 em bônus aos clientes inscritos no projeto, como incentivo à troca dos equipamentos. Além disso, foram doadas mais de 17.400 lâmpadas eficientes aos participantes, durante a inscrição no projeto.

As ações do Projeto Energia Social “Nova Geladeira”, em 2012, contemplaram 10 municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado do RN, dirigidas aos consumidores classificados como baixa renda, conforme enquadramento na Tarifa Social do Governo Federal. Também, foram realizadas 09 ações em empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, fruto de convênio celebrado entre a COSERN e a CEF, beneficiando os moradores desses empreendimentos inaugurados no Estado. Nas ações a COSERN realizou palestras de educação sobre o uso racional e eficiente de energia e promoveu a doação de 4.314 geladeiras e 24.895 lâmpadas fluorescentes compactas eficientes.

Destacamos ainda, como ações pertinentes à Política de Meio Ambiente da Cosern que visam à prevenção, preservação e minimização dos impactos ambientais causados pelo desempenho das atividades estão em curso, tais como: rede compacta ou isolada; redes urbanas de 69kV com postes de altura superior a copa das árvores; poda de árvores, dentre outras.

	Ativo		Resultado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Recursos aplicados	3.247	315	1.014	85

(\*) Informações não auditadas.

### **34. EVENTO SUBSEQUENTE**

Revisão extraordinária (Lei 12.783/13)

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), homologou através da Resolução Homologatória nº 1413, de 24/01/2013, as novas tarifas de energia a serem aplicadas aos consumidores da COSERN, em decorrência do estabelecido na Lei 12.783 de 11/01/2013.

O efeito nas tarifas da COSERN foi uma redução média de 18,73%, sendo de 18% para os consumidores residenciais e de 21,19%, em média, para os consumidores Industriais e Comerciais de médio e grande portes, atendidos em alta Tensão. As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 24/1/2013.

A redução é resultado da Lei nº 12.783/2013, que promoveu a antecipação da renovação das concessões de transmissão e geração de energia que venciam até 2017. As principais alterações que permitiram a redução da conta foram:

- Alocação de cotas de energia, resultantes das geradoras com concessão renovadas, a um preço médio reduzido para R\$ 32,89/MWh;
- Redução dos custos de transmissão;
- Redução dos encargos setoriais;
- Retirada de subsídios da estrutura da tarifa, com aporte direto do Tesouro Nacional por meio da CDE.

Assim, essa redução de tarifas decorrente da redução dos custos da energia comprada, da transmissão e dos encargos do setor elétrico afeta a Parcela A, de custos não gerenciáveis da distribuidora, por isso, não haverá influência dessa redução sobre o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia, nem sobre planejamento de investimento e manutenção do sistema elétrico da COSERN, uma vez que a redução de receita ocorrerá em paralelo e proporcionalmente à redução de custos associados.